

Universidades Lusíada

Belo, Carlos Filipe Ximenes, 1948-

**Agradecimento do Doutor : uma diplomacia mais
dinâmica e proativa na resolução dos conflitos
mundiais**

<http://hdl.handle.net/11067/6626>
<https://doi.org/10.34628/csse-b074>

Metadados

Data de Publicação	2018
Palavras Chave	Paz, Direitos humanos, Diplomacia, Guerra
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FD] LD, s. 2, n. 19-20 (2018)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-29T02:24:20Z com
informação proveniente do Repositório

III

AGRADECIMENTO DO DOUTOR *PH. DOCTOR'S ORATION*

UMA DIPLOMACIA MAIS DINÂMICA E PROATIVA NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS MUNDIAIS.

FOR A MORE PROACTIVE AND DYNAMIC DIPLOMACY IN RESOLVING GLOBAL CONFLICT.

Carlos Ximenes Belo ¹

Saudações

Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Afonso Filipe Pereira d'Oliveira Martins, Magnífico Reitor da Universidade Lusíada, Norte (Porto);

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Manuel Linda, Venerando Bispo do Porto;

Excelentíssimos senhores Decanos, Ilustríssimos Professores, Excelentíssimas autoridades, Ilustríssimos convidados;

Minhas senhoras e Meus senhores.

Agradecimentos

Permiti-me que, antes de proferir algumas palavras de circunstância, exprima um profundo agradecimento ao Magnífico Reitor da Universidade Lusíada (Norte), pela deferência que teve para comigo ao conferir este grau

¹ Bispo emérito de Dili-Timor Leste/Lorosae

de Doutoramento *Honoris Causa*.

Agradeço a presença das autoridades e dos distintos convidados e amigos, que quiseram manifestar a sua solidariedade e amizade para comigo e para com o povo de Timor-Leste.

O tema que vou desenvolver é o da “Paz, Direitos Humanos e Diplomacia Mundial”

Parecem uma incongruência por parte de um membro do clero a falar da diplomacia mundial quando o trabalho do padre ou do bispo é de cura das almas.

Mas, como cristão e membro da sociedade humana, sinto que não me devo excluir da solicitude da Igreja e dos seus membros pela convivência pacífica entre os homens.

Diariamente, assistimos a situações graves de abusos de direitos humanos, de conflitos entre fações, do êxodo maciço dos refugiados.

Como recomenda o Concílio Vaticano II, na Constituição Pastoral, *Gaudium et Spes*: “ (...) nestes nossos tempos em que as dores e angústias derivadas da guerra e da sua ameaça ainda oprimem duramente os homens, a família humana chegou a uma hora decisiva no seu processo de maturação. Progressivamente unificada, e por toda a parte mais consciente da própria unidade não pode levar a cabo a tarefa que lhe incumbe de construir um mundo mais humano para todos os homens, a não ser que todos se orientem com espírito renovado à verdadeira paz. A mensagem evangélica, tão em harmonia com os mais altos desejos e aspirações do género humano, brilha assim com o novo esplendor nos tempos de hoje, ao proclamar felizes os construtores da paz ‘porque serão chamados filhos de Deus’ (Mt. 5,9).

É dever de todos os cristãos e homens de boa vontade trabalhar pela paz e pela construção da comunidade internacional.

Para edificar a paz é necessários que os organismos internacionais cooperem e se coordenem melhor e que se fomentem incansavelmente as organizações que promovem a paz” (GS, n. 83).

Existem os conflitos. É minha intenção mostrar apenas que se pode e se deve ter a coragem de enfrentar os problemas complicados de conflitos armados que semeiam morte e destruição, impedindo o desenvolvimento dos povos e de nações.

No século passado deflagraram dois conflitos mundiais a primeira guerra mundial (1914-1918) e a segunda guerra mundial (1939-1945):

Em 1948, a 10 de dezembro, as Nações Unidas promulgaram a declaração Universal dos Direitos Humanos. A despeito do ambiente da guerra fria que se seguiu, o mundo inteiro alimentou a esperança de que no novo século XXI, surgisse um mundo melhor onde reinassem a paz e a segurança. Porém, os acontecimentos que ocorreram em Afeganistão, Líbia, Palestina, Sudão do Sul, Síria, Iémen do Sul, na Republica Centro-Africana, na Birmânia ou Myanmar com os Roghingy e a situação dramática de milhões de refugiados na ilha Lampedusa, na Grécia e nalguns países da Europa, exprimem o contrário. O nosso mundo permanece cheio de conflitos e de guerra. Perante tudo isso, dá a

sensação que a consciência internacional parece esmorecer correndo o risco de ficar paralisada. No entanto a vida da humanidade e das sociedades não pode parar. E nós, cristãos e homens e mulheres de boa vontade, devemos continuar a falar da Paz, do respeito pela dignidade humana, da liberdade dos povos, da cooperação internacional.

Minhas senhoras e Meus senhores. A Paz um valor é um dever universais, está fundada sobre a ordem moral da sociedade, a qual, por sua vez, tem as suas raízes no próprio Deus, fonte primária do ser, verdade essencial e bem supremo. A paz é dom divino que nós, os humanos, podemos construir ou deitar a perder. A Paz não é simplesmente ausência de guerra, nem sequer um equilíbrio estável de forças contrárias. A Paz funda-se numa correta conceção da pessoa humana e exige a construção duma ordem na justiça e na caridade. A paz é fruto da justiça entendida, em sentido amplo, como o respeito pelo equilíbrio de todas as dimensões da pessoa humana. A Paz é fruto também do amor. À justiça compete apenas remover os impedimentos da paz: a ofensa e o dano; a verdadeira paz, porém, constrói-se com a caridade.

A falência da Paz é a guerra. A guerra, como flagelo que é, jamais se pode encarar como meio idóneo para resolver problemas no interior duma nação ou entre nações. Nunca o foi e nunca o será, porque uma guerra gera novos conflitos, cada vez mais complexos. Compromete o presente e põe em risco o futuro da humanidade. Nada se perde com a Paz. Ao invés, tudo se perde com a guerra. Os danos causados por um conflito armado não são apenas de natureza material, são também de natureza moral. A guerra é, em definitivo, o fracasso de qualquer autêntico humanismo, é sempre uma derrota para a humanidade. Perante tão elevado grau de destruição de vidas e de bem-estar, as pessoas constituídas em autoridade, quer nas religiões, quer na comunidade internacional, lançam um apelo: "Jamais os homens contra os outros. Jamais a guerra!"

E, no entanto, as guerras não acabam. É que uma guerra, destrutiva para milhões de pessoas, torna-se um jogo de diversão para alguns e um negócio chorudo para outros. Sim, as guerras persistem. Se quisermos pôr cobro a tanta destruição e morte, temos de encontrar formas de impedir futuros conflitos que ainda vigoram. Para prevenir os conflitos é preciso definir as razões que a eles conduzem

1. A primeira iniciativa para prevenir a guerra é a educação para a paz. Deve-se iniciar este processo, começando na família e continuando na escola. Cada Estado verdadeiramente amante da paz tem de insistir na formação dos seus cidadãos para a paz. Esta educação deve fazer parte da formação das forças armadas de cada país. Em lugar de serem uma força para a guerra, estas podem tornar-se uma força de Paz.

2. Uma outra iniciativa seria aplicar a justiça. Para trás de cada conflito pode-se notar facilmente uma drástica negação da justiça. A exigência de justiça

umenta no mundo atual e a resposta a tal exigência, ou não chega ou chega lentamente. “Não atender a tal exigência poderia propiciar o irromper duma tentação de resposta violenta, por parte das vítimas da injustiça, como acontece na origem de muitas guerras. As populações excluídas da partilha equitativa dos bens destinados originariamente a todos, poderiam perguntar-se: por que não responder com violência a quantos são os primeiros a tratar-nos com violência?” (João Paulo II, SRS, nº 10,2). Tal situação verifica-se não só no âmbito mundial, mas também na vida social de cada País”. (...) Há aqueles – os possuem muito – que não conseguem verdadeiramente “ser”, porque, devido a uma inversão de hierarquia de valores, estão impedidos pelo culto do “ter”; e há aqueles – os muitos que possuem pouco ou nada – que não conseguem realizar a sua vocação humana fundamental porque estão privados dos bens indispensáveis” (*ibidem*, 28.).

A injustiça nasce da falta de respeito pela dignidade da pessoa humana e pelo desprezo dos seus direitos fundamentais. Desprezar a pessoa humana é prepará-los para o conflito. A justiça fundamenta-se no respeito pelos direitos humanos. Justiça e paz não são conceitos abstratos nem inacessíveis, são valores inseridos no coração de cada pessoa. Como património comum. Indivíduos, comunidade, nações, todos são chamados a viver em justiça e a trabalhar para a paz. Ninguém pode ficar isento disso. “Quando a promoção da dignidade da pessoa é o princípio orientado que nos inspira, quando a busca do bem comum constitui o empenho predominante, estão a ser colocados alicerces sólidos e duradouros para a edificação da paz. Ao contrário, quando os direitos humanos são ignorados ou desprezados, quando a procura de interesses particulares prevalece injustamente sobre o bem comum, então está-se a semear os germes de instabilidade, da revolta e da violência” (João Paulo II, Mensagem p/ o Dia Mundial da Paz, 1999, nº1).

3. Outro principio é combater o terrorismo.

Os direitos humanos mais frequentemente espezinhados são o direito à vida e o respeito pela dignidade humana. O mundo atual tornou-se um mundo, que, em certos aspetos, despreza a vida humana, não obstante ser a vida o nosso dom mais precioso.

O desprezo pela vida que devia ser intocável, está por detrás de todos os atos de violência e especialmente do recurso ao terrorismo. O terrorismo manifesta um desprezo total pela vida humana; nenhuma motivação o pode justificar, uma vez que o homem é sempre fim e não um meio. O terrorismo semeia ódio, morte, desejo de vingança e de represálias. Não esqueçamos, porém, que o terrorismo é um facto, no mundo actual. Tudo o que significa menosprezo pela vida humana e pela dignidade da pessoa humana, ao longo do século passado e nos princípios deste, contribuiu para o avolumar do terrorismo que é um novo sistema de guerra (GS, nº 79).

“O terrorismo é uma das formas mais brutais de violência que atualmente

atribula a comunidade “ “Da estratégia subversiva, típica somente de algumas organizações extremistas, ordenada à destruição das coisas e à morte de pessoas, o terrorismo transformou-se numa rede obscura de cumplicidades políticas, utiliza também meios técnicos sofisticados, vale-se frequentemente de enormes recursos financeiros e elabora estratégias de larga escala, atingindo totalmente inocentes, vítimas casuais das suas ações” (CIC, nº 2297). Alvos dos ataques terroristas são em geral, os lugares de vida quotidiana e não objetivos militares no contexto de uma guerra declarada. O terrorismo atua no obscuro, fora das regras com que os homens procuram disciplinar os seus conflitos, por exemplo mediante o Direito Internacional Humanitário.

A luta contra o terrorismo pressupõe o dever moral de contribuir para criar as condições para que ele não nasça nem se desenvolva (CDSI; n. 513). E isso conduz à educação para paz, para os direitos humanos e para a solidariedade.

4. Combater a pobreza.

A pobreza extrema onde quer que ela surja, é uma injustiça primordial. A sua eliminação deve permanecer uma prioridade tanto ao nível nacional como ao nível internacional. A este respeito já afirmava o Papa S. João Paulo II, no ano de 1998: “(...) Não se pode tolerar um mundo onde vivem lado a lado super-ricos e miseráveis, pobres privados mesmo do essencial e gente que esbanja desenfreadamente aquilo de que outros têm desesperada necessidade. Tais contrastes são uma afronta à dignidade da pessoa humana” (JoãoPauloII, Mens. Dia Mundial da Paz, 1998, n. 4). Se é verdadeira a afirmação “da justiça para cada um nasce a paz para todos”, a situação da miséria de mais de um bilião da população mundial chama a uma atenção urgente e eficaz. Só gerando desenvolvimento, com a pessoa humana ao centro – qualquer pessoa humana – é que se poderá mudar a situação vigente.

Não devemos esquecer o facto de que, há cerca de meio século, a comunidade internacional suscitava novas esperanças de desenvolvimento para certas nações e regiões do mundo vexadas pela praga da pobreza. Contudo, o abismo entre o Norte e o Sul alargou-se. Os povos, em países a viverem em pesada pobreza, sofrem não só de uma economia negativa, mas também de analfabetismo, de inabilidade para participarem na construção da sua terra, de exploração nos setores económico, social e político. O seu direito a iniciativas económicas fica suprimido. O desemprego aumenta. Os países ficam sem capacidade para explorar os próprios recursos e desenvolver tecnologias, a fim de alcançarem um desenvolvimento económico próprio. A dependência cresce e a igualdade de cada um na sociedade diminui. Gradualmente, um partido político usurpa o papel de guia, tornando-se os indivíduos meros objetos. Os direitos humanos passam a ser espezinhados. O subdesenvolvimento causa tensões internas num país, criando-se assim, pouco a pouco, situações de conflito.

Minhas senhoras e meus senhores. No principio deste milénio, as Nações Unidas lançaram uma campanha visando eliminar a pobreza absoluta até ao ano

de 2015 e, passados três anos, a nós parece que o programa ficou em grande parte por dar resposta aos verdadeiros ideais. Continua a haver no mundo gente mais rica e gente mais pobre. Auguramos que os primeiros passos que se deram no sentido de erradicar a pobreza possam produzir frutos. Pensamos nós que a Paz no mundo depende do desenvolvimento de todos e não só de alguns. É que a Paz é indivisível, quer dizer, ela é de todos e não é de ninguém. A globalização, em vez de levar à melhoria da sorte dos países e povos mais pobres, piorou a sua situação. A prática duma solidariedade globalizada seria a resposta justa para se enfrentar o crescimento dos povos.

Minhas senhoras e meus senhores, ficam estas breves palavras de chamada de atenção às nossas consciências de estudantes, de docentes e de homens e mulheres de boa vontade, a fim de trabalharmos sempre mais pelos valores da paz e da fraternidade.

Pela vossa atenção, muito obrigado. Tenho dito